



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° DE 2011 (Do Sr. VANDERLEI MACRIS)

Solicita a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage, para prestar esclarecimentos acerca das providências adotadas pela Controladoria-Geral da União para investigação das denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes e no Ministério do Turismo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que **convide** o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage, a comparecer a esta Comissão em data e hora a serem agendados, para prestar esclarecimentos acerca das providências adotadas pela Controladoria-Geral da União para investigação das denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes e no Ministério do Turismo.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses, chegaram ao conhecimento público, por meio da imprensa brasileira, graves denúncias de irregularidades supostamente praticadas no âmbito dos Ministérios dos Transportes e do Turismo.

No Ministério dos Transportes, primeira pasta afetada, a crise institucional gerada pelas denúncias ocasionou o afastamento de não menos do que 21 funcionários, entre os quais se destacam o Diretor do DNIT e o próprio Ministro,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Alfredo Nascimento, que deixou o cargo após a divulgação de supostas fraudes ocorridas em sua gestão.

Além de fraudes em licitações e sobrepreço em aquisições realizadas por órgãos e autarquia vinculadas ao Ministério dos Transportes, notícias amplamente veiculadas na mídia nacional deixavam claro, inclusive por meio de gravação de vídeo, a liberação de recursos para obras públicas com finalidades político-partidárias.

No caso do Ministério dos Transportes, a liberação de verbas e pagamentos fazia-se em benefício da captação de novos filiados para o Partido da República, partido político a que pertenciam boa parte dos integrantes da cúpula daquela pasta, assim como o próprio ex-Ministro, Alfredo Nascimento, e o atual, Paulo Passos.

Já no que se refere ao Ministério do Turismo o caso é ainda mais grave. A Polícia Federal, juntamente com o Tribunal de Contas da União e com o Ministério Público Federal, deflagrou, em 9.8.2011, operação policial denominada “Operação Voucher”, instaurada para combater o “desvio de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União”. Consta de nota divulgada pela Polícia Federal em seu sítio virtual:

09/08/2011

“OPERAÇÃO VOUCHER COMBATE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS NO MINISTÉRIO DO TURISMO

Brasília/DF – A Polícia Federal, em conjunto com o Tribunal de Contas da União e com o apoio do Ministério Público Federal, realiza nesta manhã, 09, a Operação Voucher, com o objetivo de combater o desvio de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

A operação, que contou com a participação de 200 policiais federais, consiste no cumprimento de 19 mandados de prisão preventiva, 19 mandados de prisão temporária e 7 mandados de busca e apreensão nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estados do Amapá e São Paulo, além do Distrito Federal. Entre as prisões decretadas, há o secretário executivo do Ministério do Turismo, servidores públicos, diretores e funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável – IBRASI, e empresários.

As investigações da PF indicam fortes indícios de desvios de recursos públicos na execução de convênios do Ministério do Turismo, tendo por objeto a capacitação profissional para o turismo.

As pessoas envolvidas no esquema criminoso serão indiciadas, de acordo com as devidas participações, pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e fraudes em licitação. As penas para tais crimes podem chegar a doze anos de reclusão.

A coletiva ocorrerá às 15.30h no Edifício-Sede da Polícia Federal em Brasília, no SAUS , quadra 06, lotes 9/10 - Setor de Autarquias Sul.”

O balanço da referida operação também consta de nota divulgada no mesmo endereço eletrônico:

09/08/2011

BALANÇO DA OPERAÇÃO VOUCHER

Brasília/DF - A Polícia Federal já prendeu até o momento 35 pessoas na Operação Voucher, sendo 19 por prisão preventiva e 16 por prisão temporária. Do total de presos 6 são servidores públicos. Os presos preventivamente serão encaminhados para Macapá, onde permanecerão à disposição da Justiça.

Prisões por estado

1. Amapá – 7 prisões decretadas (1 preventiva e 6 temporárias). Todas cumpridas.
2. Distrito Federal – 18 prisões decretadas (12 preventivas e 6 temporárias). Foram 17 cumpridos (12 preventivas e 5 temporárias).
3. Curitiba – 1 mandado de prisão temporária decretada (não cumprida)
4. São Paulo – 12 prisões decretadas (6 preventivas e 6 temporárias), sendo 11 cumpridas (6 preventivas e 5 temporárias)

Todos os sete mandados de busca e apreensão foram cumpridos. Os agentes coletaram documentos e computadores que serão analisados na próxima fase



CÂMARA DOS DEPUTADOS

da investigação. Em São Paulo, na residência do Diretor Executivo do IBRASI, foram apreendidos 610 mil reais em espécie.

As investigações iniciaram em abril de 2011. O convênio fraudado tinha o valor de 4,4 milhões de reais. Com os documentos apreendidos no dia de hoje será possível calcular o valor desviado, mas estima-se que 2/3 do montante não tenha sido executado.

Confira aqui a entrevista coletiva.

Divisão de Comunicação Social

(61) 2024-8142

(http://www7.pf.gov.br/DCS/noticias/2011/Agosto/09082011_OpVoucherrDF.html)

Os fatos acima alinhavados dão conta de graves denúncias e prejuízos ao erário, o que exige providências enérgicas dos órgãos de controle interno e externo da União.

É com base nesses fatos que se apresenta este requerimento de audiência pública com o objetivo de discutir as providências adotadas para Controladoria-Geral da União nos casos acima apontados, bem como as alternativas para solucionar o problema e punir responsáveis.

Sala das Sessões, de 2011.

Vanderlei Macris
PSDB - SP